



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Dr. Marco Maciel, Vice-Presidente da República; Ministro da Educação, Professor Paulo Renato; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Ministros aqui presentes; Senhor Senador, companheiro Darcy Ribeiro, Relator do projeto no Senado, num dado momento; Senhores Líderes; Senhores Parlamentares; Deputado José Jorge, Relator do projeto na Câmara; Senhoras e Senhores;

Para quem, a vida toda, foi professor, como é meu caso – e ainda me recordo de que, talvez não na primeira, mas na segunda vez em que vim a Brasília, o Professor Darcy já era importantíssimo, era Reitor, ou não era, ainda, não; foi antes, na vigência da anterior Lei de Diretrizes e Bases, e havia enorme envolvimento da sociedade, como é necessário nesse processo –, para quem tem essa trajetória e para quem foi aluno de Fernando de Azevedo, trabalhou com o Anísio Teixeira, foi assistente de alunos de Florestan Fernandes, companheiro do Darcy, como sempre fui, é realmente um dia de júbilo eu poder assinar uma lei que foi elaborada pelo Congresso, lei complexíssima.

Eu ainda era Senador. O Professor Darcy, Senador Darcy me foi ver, com a Professora Eunice Ribeiro, para discutirmos a reformulação dessa lei no Senado. O Senador Darcy ia apresentar um substitutivo e queria que eu fosse o Relator. Fui até designado. Depois, não sei por quê, não sei se me tornei Ministro, qualquer coisa impediu que eu tivesse a satisfação de colaborar com o Darcy no avanço dessa lei. Então, para quem participou da vida educacional brasileira do jeito que participei, é, realmente, muito gratificante poder assinar uma lei que regulamenta de maneira inovadora a questão do ensino brasileiro.

Acho que isso é uma prova de maturidade do Congresso, dos educadores, do Ministério da Educação e da sociedade brasileira. Esta é uma lei que não tem os vícios de leis anteriores, cheias de corporativismo, de restrições: isso tudo foi sendo removido graças ao empenho dos aqui nominados pelo Professor Paulo Renato. Quero mencionar o Deputado José Jorge, que colaborou de maneira extremamente competente para a reformulação da matéria, e todos os demais parlamentares que participaram ativamente; e, naturalmente, aos Presidentes da Câmara e do Senado, sem os quais não teria sido possível haver o avanço que houve.

Há problemas? Há problemas. O Professor Paulo Renato mencionou um que só veio a mim ontem: a questão complexa, não do ensino religioso, que tem de existir, é assegurado pela Constituição, é facultativo; mas de definir até que ponto cabe ao Estado ou não ter o ônus desse ensino e de que maneira fazê-lo, dada a pluralidade de religiões que existem no Brasil. Essa matéria foi ponderada por nós, aqui, apressada mas duramente, porque sabemos que é preciso dar um encaminhamento. Tal como está, não houve esse encaminhamento, que precisa ser dado respeitando-se a pluralidade e a ecumenicidade, digamos assim, da nossa inspiração em matéria de religiões; e atendendo, também, às condições concretas de diferenciações regionais que existem.

O Professor Paulo Renato, num momento de dificuldade minha para decidir, lembrou que o Paraná tem uma solução que pode ser um caminho. Não a conheço, mas, juntamente com o Vice-Presi-

dente da República e com o Ministro Clóvis Carvalho, achamos que era o caso de, em vez de tomar uma decisão diferente da que foi tomada pelo Congresso, termos mais tempo para refletir sobre a iniciativa que o Ministro Paulo Renato acaba de enunciar. Contará com o meu apoio para que nós possamos dar uma solução conseqüente a isso também.

Mas o que prevaleceu mesmo foi esse espírito de avançar. E, aí, quero aproveitar a oportunidade – estamos no fim do ano, daí termos feito um balanço ontem das nossas atividades neste ano e, também, um pouquinho do ano passado – para reconhecer mais uma vez o imenso esforço que foi feito no Ministério da Educação. Nós estamos produzindo uma revolução branca na educação.

O Professor Darcy Ribeiro e o Professor Cristovam Buarque, nenhum dos dois do meu partido, mas todos dois do meu coração, insistiram muito comigo, em várias oportunidades, que tínhamos que enfrentar o desafio da educação. Nós estamos enfrentando o desafio da educação.

O Professor Paulo Renato já disse que falta muita coisa. Sempre falta. Sempre é possível aperfeiçoar mais. Mas estamos enfrentando esse desafio e temos tido o apoio do Congresso. O plano de valorização dos professores foi uma iniciativa altamente necessária e difícilíssima, porque implicava a transferência de recursos de estados para municípios, de municípios para estados e de regiões para regiões. Nós, que somos Congressistas – ou fomos – sabemos que é o tema mais difícil. E foi tratado com muita competência pelo Ministério da Educação, pelo Ministro Paulo Renato e pelo Congresso. Chegou-se a um processo engenhoso, difícil, mas que vai ter um efeito de médio prazo muito positivo.

Ao reconhecer, mais uma vez, essa competência do Ministro e a capacidade que teve o Congresso de ajudar e de avançar, também não posso deixar – não quero citar nomes para não ser injusto – de reconhecer o imenso esforço dos técnicos do Ministério da Educação. Sei, porque acompanho de perto, que essa gente se dedica – claro, não é o único Ministério onde isso se vê – de maneira extraordinária.

Também, estendo este reconhecimento à assessoria do Ministro Paulo Renato e àqueles que no Congresso colaboraram, não sendo parlamentares. Na verdade, é um esforço muito grande e se precisa ver em que condições isso é feito: é gente que, muitas vezes, não pertence ao quadro do funcionalismo, vem para cá em condições extremamente precárias, quase morando em repúblicas – porque não há condições melhores para oferecer –, no anonimato e batalhando para que a educação no Brasil avance. Está avançando, e é isso que gratifica.

Não vou repetir o que disse o Ministro Paulo Renato. Em muitas áreas, a educação avançou, áreas que não são, diretamente, da educação, como, por exemplo, merenda escolar, livro didático. Já tinha me manifestado sobre o Dr. Barjas e o Dr. Portela, que foram dois gigantes nesse processo e foram “roubados” do Ministro Paulo Renato, já estão em outros Ministérios. Deu certo em um? Passa para o outro, para dinamizar. Os quadros são poucos, são pateticamente poucos. Mas o fato de o Ministro Paulo Renato ceder com essa generosidade é porque ele sabe que tem muitos, lá, que ainda pode puxar e avançar.

Então, acho que, realmente, é trabalho de muita gente para chegar a uma lei como essa, para fazer essas modificações. E é, também, a compreensão da diretora da escola, do professor da escola, que acabam sentindo o efeito de tudo isso que está sendo modificado no Brasil.

Já vi que a área financeira, ao contrário do que alguns apregoaram, é amiga e cúmplice do Dr. Jatene, porque provoca dor no coração, provoca enfartes. Mas, pelo que disse o Ministro Paulo Renato, com enfarte ou sem enfarte, ela acaba cedendo no que é possível ceder. Na verdade, temos tido uma compreensão bastante lata daqueles que são responsáveis pela área financeira, por entenderem que para certos programas, tenha ou não tenha recurso, é preciso haver certa transigência e criar os meios para que sejam atendidos. E isso tem sido feito, no Governo.

Eu não queria me estender. O meu discurso, hoje, é meramente congratulatório com todos os senhores que aqui estão e com os muitos que representam. Mas eu queria dizer que, especialmente hoje, quando

assinamos a Lei de Diretrizes e Bases, é para mim, também, uma grande satisfação dizer que ela pode ser denominada Lei Darcy Ribeiro.

Agradeço a todos e espero que, no ano que vem, que vamos definir como o Ano da Saúde, tenhamos o mesmo empenho – e teremos – no Congresso, em toda parte, para que o Brasil coloque na sua agenda este outro problema espinhoso, cujo terreno já foi preparado pela administração Jatene e que, agora, nós temos que cuidar de cultivá-lo com muito afinco. Se conseguirmos resolvê-lo e encaminhá-lo, como estamos fazendo na educação, como estamos tentando fazer na saúde e como estamos fazendo – repito: fazendo – na reforma agrária, creio que estaremos tocando naquilo que o velho Teotônio Vilela chamava “a dívida social”.

É muito fácil criticar, é muito difícil fazer. Nós fomos, a vida toda, críticos – não é, Darcy? –, mas chegamos a uma certa idade e passamos a fazer. E estamos fazendo. E, ao fazer, nós não esquecemos as críticas que fizemos, nem menosprezamos os que hoje são críticos. Queremos, apenas, que, quando se faz, reconheçam o que se avançou.

Com muita satisfação, posso dizer que este Governo, na área social, em dois anos, avançou, e avançou muito; e que, nos próximos dois anos, se a estabilidade econômica for mantida – como será, porque é condição necessária para o avanço – vamos avançar ainda muito mais.

Muito obrigado.